

## META 6 EDUCAÇÃO INTEGRAL

Jaqueline Moll<sup>1</sup>

**Meta 6:** oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

A meta 6 do PNE refere-se a educação em tempo integral e aponta para 50% das escolas públicas, atendendo, até 2024, pelo menos, 25% dos estudantes da educação básica, com uma jornada mínima de 7 horas/diárias. Em suas estratégias aponta a ampliação do horizonte formativo no ambiente escolar ou sob sua responsabilidade, para ampliação da jornada do professor em uma mesma escola, para construção de escolas com padrão arquitetônico adequado, para instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, para a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários e, ainda, entre outros aspectos, aponta para a consideração das especificidades nas comunidades indígenas e quilombolas.

A perspectiva de uma escola pública integral e integrada, de tempos e horizontes formativos alargados, constitui-se desafio imenso, explicitado nos Manifestos pela Educação de 1932 e 1959 e no primeiro PNE, em 1962. Materializada através das Escolas-Parque de Anísio Teixeira, dos Ginásios Vocacionais de Maria Nilde Mascelani, dos CIEPs de Darcy Ribeiro, em diferentes momentos da história da educação brasileira, a ideia de uma escola de dia inteiro e de amplas possibilidades e condições de formação, constitui referência e ideal para quem sabe que diferença pode fazer, em termos do desenvolvimento de toda sociedade, estudar com qualidade e mais tempo.

Na última década, o Programa Mais Educação, ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (2007) constituiu estratégia indutora da (re)colocação desse tema estrutural, na agenda da educação pública no Brasil. Embora a LDBEN de 1996 mencione a progressiva ampliação da jornada diária na escola, nenhuma ação estrutural do governo federal havia sido proposta para sua efetivação.

Uma grande articulação nacional foi construída envolvendo diferentes áreas do governo federal, governos estaduais e municipais, Universidades e entidades representativas de profissionais da educação, na perspectiva da construção das bases, para um caminho efetivo, na direção de uma escola em tempo integral com formação humana integral. Organizaram-se, também nos territórios, Comitês de Educação Integral, na perspectiva do diálogo e da construção coletiva que se colocou em curso.

---

<sup>1</sup>Doutora em Educação. Professora Titular da Faculdade de Educação da UFRGS. Conselheira do Conselho Estadual de Educação/RGS. Diretora no MEC 2005-2013.

No âmbito do currículo, desenhou-se uma ampliação dos campos de conhecimento e práticas a serem vivenciados no cotidiano das escolas, a partir de escolhas coerentes com seus projetos político-pedagógicos, envolvendo muitas possibilidades a partir dos macrocampos: Acompanhamento Pedagógico, Comunicação e Uso de Mídias, Cultura e Artes, Direitos Humanos em Educação, Investigação no Campo das Ciências da Natureza, Educação Econômica, Esporte e Lazer, Cultura Digital, Educação Ambiental e Promoção da Saúde.

Tal panorama apontou para um movimento necessário à consolidação da escola pública, de qualidade social e epistemológica e de tempos ampliados, a ser garantida a todos brasileiros, independente de seu berço e sobrenome. Países mais avançados que o nosso e socialmente mais justos, trilharam esse caminho no campo da educação.

O esforço empreendido no período de 2007 a 2015 atingiu quase 60 mil escolas públicas e mais de 05 milhões de estudantes e desencadeou reflexão e produção significativa de conhecimento, rompendo a ideia naturalizada de uma escola de tempos curtos e focada em aspectos instrucionais.

Como as outras metas do PNE, com exceção dos temas de interesse do mercado, os compromissos assumidos no campo da educação integral, estão em estado estacionário, desde o período imediato que antecedeu a ruptura democrática de 2016.

A ação do governo federal, nesta área, restringe-se, agora, ao reforço escolar com foco nas avaliações de larga escala.

Portanto, trata-se de uma agenda a ser retomada nas amplas bases de debates e articulações, através das quais vinha sendo construída, com foco no *pleno desenvolvimento da pessoa*, garantido na Constituição Federal de 1988.

Tema caro a consolidação de sociedades democráticas, presente nos momentos de florescimento do sentido de um país para todos; a educação integral em uma escola de tempo integral coloca-se na relação direta com a consolidação e os avanços democráticos.